UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE LETRAS

Fernanda Gomes Ferreira Pinto

A Luta Pelos Direitos da Mulher na Peça:

O Convento ou Os Votos Forçados de Olympe de Gouges

Dezembro 2025

Fernanda Gomes Ferreira Pinto

A Luta Pelos Direitos da Mulher na Peça:

O Convento ou Os Votos Forçados de Olympe de Gouges.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciatura em Português - Francês.

Orientadora: Professora Dra. Marília Santanna Villar

CIP - Catalogação na Publicação

G659l

Gomes Ferreira Pinto, Fernanda
A Luta pelos Direitos da Mulher na Peça: O Convento ou Os Votos Forçados de Olympe de Gouges / Fernanda Gomes Ferreira Pinto. -- Rio de Janeiro, 2025.
35 f.

Orientadora: Marília Santanna Villar.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Licenciado em Letras: Português - Francês, 2025.

1. Olympe de gouges. 2. O Convento ou Os Votos Forçados. 3. Mulher no século XVIII. I. Santanna Villar, Marília, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Rio de Janeiro

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiro, a Deus por ter me dado forças durante esse percurso.

À minha família, especialmente minha mãe Ilza, minha irmã Adriana amiga de todas as horas e minha sobrinha Maria Clara obrigada por todo apoio.

À minha orientadora, professora Dra. Marília Santanna Villar, por aceitar conduzir meu trabalho, pelos ensinamentos e compreensão.

Ao professor Sérgio Luiz Baptista da Silva, por aceitar ser o professor para a leitura crítica do trabalho.

Minha eterna gratidão a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Canto porque o instante existe

E minha vida está completa.

Poema Motivo – Cecília Meireles

RESUMO

O presente trabalho analisou a trajetória de Olympe de Gouges e a peça O Convento ou Os Votos Forçados inseridas no contexto histórico do século XVIII e da Revolução Francesa. A pesquisa teve o objetivo de compreender a forma que a autora utilizou sua obra como instrumento de resistência, de crítica às estruturas sociais e de luta pela igualdade entre os sexos. Cabe ressaltar o período de profunda transformação que a sociedade passava. Assim, Olympe usou cartazes, panfletos e o teatro para expor as relações de dominação e ausência de liberdade feminina da época. Olympe de Gouges foi uma mulher à frente do seu tempo, comprometida com a construção de uma sociedade igualitária com cidadania plena a todos. Nesse sentido, a análise da peça revelou que o convento era um espaço de coerção em que mulheres eram enclausuradas e obrigadas a declarar votos. A parte dos personagens que articulavam discursos de acordo com os ideais revolucionários eram retratados de maneira positiva, já os outros personagens eram retratados de forma negativa. Ademais, o momento de transformação social afetava a relação da sociedade com a Igreja, instituições eclesiásticas eram vistas com desconfiança, a revolução impôs a descristianização e muitos sacerdotes foram perseguidos e mortos. Nesse sentido, Olympe manteve a consciência crítica sobre os excessos cometidos em nome da revolução e suas obras continuavam a expor as contradições de uma sociedade que proclamava por liberdade, mas não tolerava questionamentos e mantinha profundas desigualdades. A autora foi presa, condenada à morte e guilhotinada por críticas aos revolucionários. Olympe de Gouges foi pioneira na defesa de direitos das pessoas mais vulneráveis da sociedade e principalmente na defesa dos direitos da mulher.

Parte inferior do formulário

Palavras-chave: Olympe de Gouges, O Convento ou Os Votos Forçados, Mulher no Século XVIII, Direitos da Mulher.

ABSTRACT

This study analyzed the trajectory of Olympe de Gouges and the play “The Convent or Forced Vows” within the historical context of the 18th century and the French Revolution. The research aimed to understand how the author used her work as an instrument of resistance, criticism of social structures, and the fight for gender equality. It is important to highlight the period of profound transformation that society was undergoing. Thus, Olympe used posters, pamphlets, and theater to expose the relations of domination and lack of female freedom of the time. Olympe de Gouges was a woman ahead of her time, committed to building an egalitarian society with full citizenship for all. In this sense, the analysis of the play revealed that the convent was a space of coercion where women were confined and forced to declare vows. The characters who articulated speeches in accordance with revolutionary ideals were portrayed positively, while others were depicted negatively. Furthermore, the period of social transformation affected society's relationship with the Church, ecclesiastical institutions were viewed with suspicion, the revolution imposed de-Christianization, and many priests were persecuted and killed. In this sense, Olympe maintained a critical awareness of the excesses committed in the name of the revolution, and her works continued to expose the contradictions of a society that proclaimed freedom but did not tolerate free speech and maintained profound inequalities. The author was imprisoned, condemned to death, and guillotined for criticizing the revolutionaries. Olympe de Gouges was a pioneer in defending the rights of the most vulnerable people in society, and especially in defending women's rights.

Keywords: Olympe de Gouges, The Convent or Forced Vows, Woman in the 18th century, Women´s Right.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....07

2 DE MARIE A OLYMPE DE GOUGES.....09

3 O MOMENTO HISTÓRICO.....15

3.1 O Século XVIII.....15

3.2 A Mulher no Século XVIII.....18

4 A OBRA: O CONVENTO OU OS VOTOS FORÇADOS.....22

5 CONCLUSÃO.....30

6 REFERÊNCIAS.....32

1 INTRODUÇÃO

Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze, foi uma dramaturga, feminista e ativista política francesa do século XVIII, considerada por muitos historiadores como uma das pioneiras do feminismo moderno. Viveu o período mais conturbado e de maior transformação que a França já atravessou: a Revolução Francesa. Inspirada pelos ideais iluministas de liberdade, igualdade e maior participação política, foi para Hobsbawm, a revolução do seu tempo, aquela que mudou profundamente as estruturas de poder do fim do século setecentista. O

Antigo Regime foi suplantado, fazendo nascer um novo sistema de relações sociais baseadas em novas hierarquias de poder.

É na Paris revolucionária em meios a motins e a miséria que a produção literária de Olympe acontece, junto aos debates políticos dos salões e o teatro engajado que marcam a sua escrita comprometida com a defesa da emancipação feminina, a liberdade das colônias, a liberdade de expressão, o apoio aos mais necessitados e as condições dos conventos. Na peça “O convento ou Os Votos Forçados”, Gouges usou o teatro para criticar a realização de votos religiosos forçados. Através da dramatização, a autora expôs criticamente os mecanismos de opressão que impediam a autonomia feminina, denunciando práticas que violavam os princípios da liberdade individual e o poder de escolha, além de denunciar questões relacionadas à escravidão.

Nesse sentido, Olympe usou suas obras e principalmente o teatro como plataforma política para lutar pelos direitos e temas femininos principalmente, mostrando que as mulheres podiam exercer essa liberdade de expressão dentro da dramaturgia. Buscava ampliar os debates que aconteciam em salões e assembleias para o grande público, com o intuito de conscientizar a importância da cidadania plena na solução dos problemas sociais, na busca da autodeterminação e na busca da felicidade para todos os cidadãos.

O presente trabalho apresenta uma leitura da peça “O Convento ou os Votos Forçados” de Olympe de Gouges, que trata da luta pela emancipação feminina, apresentando tensões sociais e a condição das mulheres no contexto do século XVIII. Demonstramos de que maneira a peça critica as estruturas patriarcais da época e como as personagens femininas expressam seus conflitos entre a submissão do destino marcado pela imposição familiar, a representação da instituição conventual e a busca pela autodeterminação feminina.

O tema do trabalho é relevante para compreender como a peça de Olympe de Gouges ilustra o interesse crescente do estudo das representações femininas na defesa da igualdade, visando a apresentar a mulher como sujeito de direitos. A peça foi escrita no contexto da Revolução Francesa,

Assim, analisar um texto do século XVIII que expõe o confinamento feminino, o controle familiar e institucional sobre a vida da mulher mostra que essas questões eram relevantes naquele momento histórico e demonstra também a importância da autora.

É necessário ainda resgatar suas obras e demonstrar o papel político e sua produção literária. Ademais, a dramaturgia revolucionária do século XVIII escrita por mulheres ainda é pouco explorada em pesquisas brasileiras. Assim o estudo de “O Convento ou Os Votos Forçados” contribui para ampliar a compreensão desse campo.

O trabalho foi baseado em pesquisa bibliográfica, por meio de consulta e análise de obras, artigos e estudos acadêmicos que abordam a vida e a produção artística de Olympe de Gouges, bem como o contexto histórico da França no século XVIII, especialmente a Revolução Francesa. Nesse sentido, a análise da peça permite debater os sentidos e valores de como a autora construiu suas personagens femininas para discutir as estruturas sociais que limitavam a cidadania da mulher, transformando o teatro em um importante instrumento de resistência e luta.

2. DE MARIE A OLYMPE

Olympe de Gouges, cujo nome de batismo era Marie Gouze, nasceu em 7 de maio de 1748, na cidade de Montauban, no sul da França, onde o occitano era o idioma da população no dia a dia e o francês era língua formal escrita. Era filha do meio de Anne-Olympe Mouisset e do açougueiro Pierre Gouze. Marie adotou o pseudônimo: “Olympe de Gouges” anos mais tarde quando foi morar em Paris. Muitos historiadores alegam que Marie era na verdade filha biológica de Jean-Jacques LeFranc, poeta, escritor e Marquês de Pompignan, fruto de uma relação extraconjugal de sua mãe. Mesmo que nunca tenha reconhecido a filha oficialmente, Marie e sua mãe faziam visitas regulares a LeFranc durante a sua infância, ele garantiu a Marie acesso a estudos básicos de qualidade e algum conhecimento do teatro, fato que trará grande influência ao seu futuro profissional. (Catel e Bocquet, 2014)

Ainda adolescente, aprendeu o ofício de seu pai Pierre Gouze. Marie trabalhava no açougue da família até se casar aos dezessete anos com Louis-Yves Aubry, “originário de Paris, e chefe das cozinhas do Conde Alexis de Gourgues, intendente da Administração de Montauban [...] pertence a certa burguesia abastada da província, mas Louis-Yves não se revela nem meigo nem compreensivo” (Catel e Bocquet, 2014, p.412).

Já no ano seguinte, 1766, deu à luz a seu único filho - Pierre. Nesse mesmo ano, aconteceu na cidade uma grande enchente do rio Tarn, que causou uma grande destruição e acarretou muitas mortes por afogamentos e provocou inúmeras doenças, que na época não conseguiram tratá-las. Segundo Catel e Bocquet (2014), eram febres sem a identificação real do problema. Assim, muitos indivíduos faleceram em função dessas doenças, o marido de Olympe foi uma dessas vítimas, ele faleceu de alguma doença em decorrência da enchente. Olympe se torna viúva aos 20 anos e experimenta uma liberdade incomum para uma mulher da sua época, então ela decidiu nunca mais se casar, decisão que manteve até o fim de sua vida.

Conforme Verneuil (2025, p.11): “Ela se descobre numa posição única para uma mulher do seu tempo: liberta de seu cônjuge, ainda jovem, e dotada de uma

independência que nem seus pais, nem a lei podem restringir.” Era o paradoxo do estado de viuvez que conferia à mulher viúva do século XVIII, conferindo uma liberdade de gerir sua vida civil e seus bens sem precisar da tutela masculina. Liberdade e autodeterminação que Olympe queria que toda mulher tivesse.

Após breve período da morte de seu marido, Olympe conheceu Jacques Biétrix de Rozières, com quem passou a ter um longo relacionamento amoroso, sem oficializar a união. Biétrix era filho de um rico empresário, fundador da Companhia Real de Transportes Militares. Originário de Lyon, se mudou para Montauban para cuidar dos interesses da empresa familiar, pois um regimento de soldados ocupava a cidade na época. Pouco tempo depois, Biétrix herdou a empresa com seu irmão e foi nomeado para o cargo de Administrador-chefe no Ministério da Marinha. Olympe deixou sua cidade natal levando seu filho. Segundo Catel e Bocquet (2014, p. 412) “Olympe conhece Jacques Biétrix de Rozières, […] vai morar em Montauban a fim de cuidar dos negócios do pai, cuja empresa de transportes militares beneficia-se de numerosas tropas instaladas em Montauban.”

Biétrix queria se casar, mas Olympe recusou, achava que acabaria com sua independência, por ser viúva não precisaria da tutela masculina para atos oficiais da sua vida como uma mulher casada precisaria das autorizações do marido, como assinar um contrato de aluguel, por exemplo. Mesmo assim, ele a manteve como sua protegida por toda sua vida. Nesse sentido: “Biétrix torna-se amante e protetor de Olympe, mas ela recusa-se a desposá-lo” (Catel e Bocquet, 2014, p. 412).

Cabe ressaltar que Olympe não era uma cortesã, ela manteve uma vida intelectual independente dessa relação, de fato morava sozinha com seu filho e em público agiam como um casal, como se casados fossem.

Paris já era uma cidade grande, pujante comercial e culturalmente, era o centro do poder político e já era um centro urbano que atraía gente de todos os lugares. Assim, Olympe teve acesso a esse caldeirão cultural, ao teatro, aos salões onde ocorriam debates literários e filosóficos sobre as questões sociais da época e à sociedade aristocrática parisiense. Nesse sentido: “A capital, nesses anos antes da revolução, era repleta de salões literários, de círculos literários onde se encontram filósofos, escritores e políticos.” (Verneuil, 2025, p.6)

Verneuil (2025, p.17) continua: “A jovem descobre uma capital superlotada, onde a miséria vive ao lado da opulência, onde artesãos encontram acadêmicos, onde cada bairro reflete a estratificação social.” Nesse período, segundo Catel e Bocquet (2014, p. 413) “Olympe é introduzida no salão da marquesa de Montesson, esposa do Duque D'Orleans. Seguindo o rastro dessa apaixonada pelo teatro”, Olympe começou a participar de reuniões, debates e a escrever panfletos, cartazes e peças de teatro com reflexões sobre problemas que afetam a vida das pessoas mais vulneráveis.

Nesse sentido, Verneuil (2025) explica que a escrita de Olympe se torna um instrumento de combate, e assim, o teatro, por ser uma arte coletiva, seria o lugar ideal para discutir questões sociais, injustiças que ela viveu e viu acontecerem. Os panfletos e cartazes foram muito usados pela autora, pois foi uma forma da autora contornar os filtros tradicionais do momento, como redatores de jornal, a proibição de falar da tribuna. Cartazes e panfletos tinham o formato mais direto, eram textos curtos direcionados às pessoas, afixados em locais de grande movimento ou entregues aos passantes. Ela expunha sua visão política, sobre direitos civis, abolição da escravatura, autonomia das mulheres, direito ao divórcio, obrigação do reconhecimento dos filhos pelos homens independente do casamento com as mães.

Em Paris, Marie Gouze adota o pseudônimo Olympe de Gouges, em homenagem a sua mãe: Marie-Olympe, “Olympe” é o seu nome do meio e “de Gouges” é uma pequena variação do sobrenome Gouze. (Catel e Bocquet, 2014)

Seguindo sua paixão pelo teatro, em 1780, Olympe cria sua própria companhia de teatro amador e encena algumas peças na casa da marquesa de Montesson. Mais tarde chegou a fazer um tour por alguns teatros com suas peças. Em seguida, estimulada após assistir à peça “As bodas de Fígaro” de Beaumarchais, escreveu uma continuação dessa peça dando o nome de “Os amores de Querubim”. Beaumarchais não gostou da situação e alegou plágio e a peça foi impedida de ser encenada, “Reclamando de plágio sem ter lido, Beaumarchais trama a fim de impedir o Théâtre-Italien de incluir a peça de Olympe de Gouges em seu programa.” (Catel e Bocquet, 2014, p. 413)

Nesse período, Olympe escreveu também o romance epistolar “Memórias da Sra. Valmont contra a crueldade da família Flacourt”, romance quase autobiográfico, em que relata a ingratidão da família de seu pai biológico, o marquês de Pompignan. De Gouges, esperava que sua mãe recebesse algum tipo pensão por causa da relação que tiveram por anos, mas a viúva e seu meio irmão não permitiram qualquer ajuda. (Nicolete,2020 *apud* Blanc, 2014, p.17-32)

Olympe continuou a realizar seu teatro engajado, em 1785, a sua peça *Zamore e Mirza* ou O Feliz Naufrágio, foi aceita pela Comédie-Française, mas esta sofre forte oposição por parte do elenco pela peça pelo fato de ter conteúdo favorável aos personagens negros e a sua encenação é cancelada. Nesse sentido, “a rejeição da seguinte gera um desentendimento incontornável entre Olympe e algumas atrizes do Théâtre-Français.” (Catel e Bocquet, 2014, p. 414)

A peça possuía conteúdo que desafiava as estruturas econômicas da sociedade. Além disso, foi a primeira peça que colocou um personagem de um homem negro como principal, demonstrando a brutalidade do comércio de escravizados e que recebeu o perdão após matar seu algoz, um homem branco. A localidade da peça foi retirada de contexto, o drama foi transferido para as Índias Orientais, assim os personagens, não seriam negros. (Palmer, 2022)

Nesse sentido, Olympe atacou o fundamento econômico do século, que foi a exploração e o comércio de escravizados. Assim, não foi somente uma questão moral, que transformou pessoas em mercadorias, foi uma fonte de riqueza para a sociedade francesa. De Gouges trouxe esse assunto para o grande público parisiense. Discussão que já acontecia em círculos restritos a intelectuais, que já denunciavam a brutalidade desse comércio. Com a peça Olympe transformou uma questão abstrata para a maioria da população numa emoção imediata dando voz às vítimas. Nesse sentido, a peça articulou a contradição dos ideais de civilização que a Europa clamava para si e a prática cruel nas colônias. Verneuil (2025)

Nesse período, a França estava em crise profunda, a crise era financeira, política e social. A Assembleia dos Notáveis rejeitou a reforma proposta pelo governo e requereu a Convocação dos Estados Gerais, fato que não acontecia desde 1614. (Hobsbawm, 2014) Esses fatos aumentaram em muito as discussões

políticas, a luta por reivindicação por direitos e garantia de melhores condições de vida.

Olympe participou dessas discussões, mas, como mulher, o seu acesso à participação política era restrito, ou melhor, negado. Ela buscou, então, aprofundar o debate político continuando a escrever suas peças de teatro, seus cartazes e panfletos que sempre tiveram engajamento político. Além disso, os cartazes visavam dar consciência da importância política do momento e convocavam o povo para participação política. Segundo Olivier Blanc (1996), De Gouges intensificou o uso de cartazes a partir de agosto de 1792, porque a distribuição de panfletos entregue em mãos ficou arriscado. A censura se intensificou, gráficas e livrarias foram saqueadas e vendedores ambulantes perseguidos e presos, alguns condenados à morte.

Contudo, Olympe acreditava que havia chegado o momento de grandes transformações na sociedade francesa. Outra forma de participação foi escrever cartas direcionadas a deputados, a autoridades e ao povo diretamente. É o caso da "Carta ao povo ou projeto de uma Caixa Patriótica", um panfleto em que Olympe propõe a arrecadação de impostos voluntariamente para a quitação das dívidas do Estado. Essa ideia não foi levada adiante. Nesse sentido: "As caixas autorizadas a receber as somas oferecidas ao rei gratuitamente por parte de seus súditos, serão sagradas e não serão promulgados decretos sobre esse montante a não ser para quitar as dívidas do Estado." (Catel e Bocquet, 2014, p. 414)

Carta ao povo, foi seu primeiro panfleto político e foi publicado no *Journal Général de France*, em novembro de 1789. Segundo Palmer (2022), dez meses após a publicação do jornal, onze mulheres do meio artístico - todas vestidas de branco - fizeram doações de joias à Assembleia Nacional para ajudar na crise financeira estatal. O evento se tornou célebre e foi retratado em gravuras. Entretanto, tal fato não foi associado ao panfleto de Olympe.

Com o aprofundamento da crise, o governo absolutista se vê cada vez mais encurralado. Nesse momento, a França está explodindo em motins, a população está exaurida em miséria e fome. Hobsbawm (2012) explica que após a tentativa da Contrarrevolução do Rei Luís XVI em recuperar o controle do poder, provocou a mobilização ainda maior das massas populares, tendo como resultado a Queda da

Bastilha, em 14 de julho de 1789, dia que ficou marcado como a queda do despotismo e que posteriormente passou a ser celebrado a Festa Nacional francesa, e no mês seguinte, em agosto, a Assembleia proclamou a Declaração Universal do Homem e do Cidadão, documento que trouxe profundas transformações e sustenta direitos políticos nas sociedades modernas até os dias de hoje.

Nesse contexto, Olympe percebeu que os direitos políticos estão sendo estendidos a grupos sociais até então excluídos da política, principalmente a burguesia, mas esses mesmos grupos que recebiam autonomia, mantinham os antigos ideais quanto à igualdade feminina, para eles a mulher deveria permanecer no ambiente privado e exercer o papel social tradicional de mãe e esposa. A igualdade foi o direito mais fundamental da Revolução Francesa, já que o Absolutismo era baseado na sociedade de classes e mesmo assim os revolucionários negavam autonomia às mulheres. (Nicolete, 2025)

Segundo Costas (2020), Olympe de Gouges defendia uma lei que autorizasse o divórcio, os casais deveriam poder casar e se separar quando bem quisessem. A lei do divórcio reforçaria a liberdade entre homens e mulheres, já que o casamento se manteria enquanto o casal assim desejasse, esta lei deveria resguardar os direitos dos filhos havidos no casamento - A Lei do Divórcio foi editada em 1792. Anos antes, Olympe escreveu a peça "A necessidade do divórcio", além dos panfletos "A defesa do direito ao divórcio" e "Um estatuto justo para os filhos naturais". A peça trata do conflito da infidelidade do marido e traz a discussão da possibilidade do divórcio, ao final o casal se reconcilia, o que reflete que o matrimônio se mantém com a reiteração da vontade em viverem juntos. E o estatuto traz a defesa de que filhos devem ser reconhecidos independentemente do tipo de relacionamento dos pais.

Olympe também defendeu as mães solteiras e seus filhos chamados de ilegítimos à época. Segundo Verneuil (2025), os filhos fora do casamento eram a prova do relacionamento oculto de seus pais, mas a falta de reconhecimento trazia um estigma profundo às mães e às crianças, que eram abandonadas na miséria, marginalizadas pela vergonha social. Além de não terem direito algum sobre a herança. Nesse sentido, Olympe traz em seus panfletos que a sociedade não pode tolerar que crianças sejam privadas de direitos desde o seu nascimento. Assim,

Olympe criticava a irresponsabilidade masculina e que deveria haver um meio jurídico de obrigar os homens a registrar e prover seus filhos independente de casamento.

Em meio à Revolução, em 1790, Olympe lançou a peça “O convento ou os votos forçados”, que retrata a falta de autonomia feminina em reger a própria vida. A mulher até se casar dependia da anuência do seu pai para qualquer ato, caso a jovem não fosse docilmente obediente às regras de sua casa, poderia sofrer severas sanções. Situação comum da época, eram as internações forçadas em instituições religiosas de jovens consideradas como rebeldes e desobedientes. A peça retrata uma jovem que foi criada dentro de um convento e que deveria fazer seus votos e ela não está certa se quer ou não seguir a carreira religiosa.

A revolução foi ficando cada vez mais fora de controle quando Robespierre passou ao comando, é o momento do Terror ou do Grande Medo. Robespierre ordenara que todos contrários à Revolução deveriam ser guilhotinados. Olympe continuava seus escritos políticos e cartas. Seu último cartaz tinha o título “As três urnas”, que teve sua impressão negada pelo seu cartazista e foi denunciada por ele. Olympe de Gouges tinha 45 anos quando foi presa e condenada à morte pelo Tribunal revolucionário, morreu guilhotinada em 03 de novembro de 1793. (Catel e Bocquet, 2014)

3 O MOMENTO HISTÓRICO

3.1 O século XVIII

Para o historiador Eric J. Hobsbawm (2012), a economia do mundo foi fortemente influenciada pela Revolução Industrial Inglesa, já no que diz respeito à

política e à ideologia, a grande influência veio da Revolução Francesa, foi a França que forneceu o vocabulário e temas políticos liberais, como a ideia de nação e nacionalismo. a bandeira em três listras como símbolo desse nacionalismo foi usada posteriormente por muitos países, as leis, a organização técnica do Estado com a profissionalização dos funcionários públicos e a participação política da sociedade civil.

Essa ideologia de que trata Hobsbawm (2012) tem como base a filosofia dos autores iluministas, com teorias que buscavam a emancipação do indivíduo, a ideia de nação e de liberdade comercial para a busca do progresso. Para isso, seriam necessárias estruturas sociais mais racionais. Nesse sentido as estruturas rígidas do Antigo Regime, a sociedade estratificada, a opulência das cortes com seus gastos, sistema tributário desorganizado eram um empecilho e por isso eram alvo de inúmeras críticas desses autores.

Nesse período, a sociedade era estratificada em três Estados, o Primeiro Estado era composto pelo Clero, o Segundo Estado pela monarquia e o Terceiro Estado era formado pela grande maioria da população e era também o grupo mais heterogêneo, pois incluía a burguesia que crescia e se fortalecia, os campesinos, trabalhadores urbanos, pequenos artesãos e os cidadãos mais simples e miseráveis. (Schmidt, 2012)

Cabe ressaltar que, mesmo no primeiro e Segundo Estado também havia alguma hierarquia, alto e baixo Clero e alta e baixa monarquia. As críticas eram direcionadas principalmente ao sistema de privilégios de que o Primeiro e Segundo Estado usufruíam como isenções de vários impostos e o direito de receber impostos feudais e dízimos, no caso da Igreja, enquanto altos impostos eram devidos pelo resto da sociedade. (Hobsbawm, 2012)

Decerto, era preciso combater o que legitimava o poder absolutista do rei, baseado na escolha divina e na hereditariedade, era necessário afastar a influência da Igreja nas tomadas de decisão e limitar os desmandos do Rei. Além disso, era preciso abrir espaço para o novo modelo de mundo que surgia, o homem como dono de seu próprio destino e o conhecimento científico se sobrepondo à crença religiosa (Mello e Donato, 2011). A Administração Pública precisava de racionalidade,

quadros técnicos para conseguir atender com eficiência os anseios de uma sociedade exaurida por guerras e impostos cada vez mais altos.

Falcetti (2017), explica que foi a ciência, a tecnologia e a ideia de progresso que possibilitou o desenvolvimento do comércio, as novas rotas de comércio com a consolidação da exploração das colônias, traziam lucros exorbitantes para a sociedade e construíram a figura do mercador, de dinâmico e livre, como um novo ideal de homem. Esse novo ideal, estava de acordo com os princípios iluministas, era preciso assegurar que o governo que detinha o monopólio da força respeitasse os preceitos da liberdade individual e a liberdade do comércio.

Assim, o momento era de grandes debates sobre as mudanças que deveriam ocorrer, grandes filósofos estabeleceram paradigmas teóricos que até hoje embasam as sociedades modernas. Ainda que princípios humanistas já fossem debatidos em séculos anteriores, como as ideias liberais de John Locke na Inglaterra, foi no século XVIII que essas ideias se propagaram com maior ênfase, tornando-se um movimento intelectual tão importante que o século XVIII historicamente ficou conhecido como Século das Luzes. (Mello e Donato, 2011)

Entre os principais autores iluministas está Jean-Jacques Rousseau, suas ideias sobre a natureza humana e a legitimidade do poder através do “contrato social”, influenciaram as teorias políticas e sociais do período. Para o autor, o poder de governar deveria provir da associação entre governantes e governados, pois a lei é uma declaração pública e solene de vontade geral, que só é possível quando há um pacto ou associação de um grupo de pessoas vivendo em comum e assim a força do Estado deveria agir em prol do interesse coletivo - do bem comum e não da satisfação de grupos privilegiados.

Rousseau inovou também a ideia de exercício de soberania pelo povo como liberdade moral e não só independência, para isso é fundamental que haja confiança, segurança e justiça na sociedade (Mello e Donato, 2011). Além de fazer duras críticas às desigualdades sociais da época, a opulência da Corte e a miséria que a grande maioria da população vivia, críticas que foram encampadas pelos revolucionários franceses mais tarde.

A Europa foi afetada por inúmeras guerras e insurreições, mas esses problemas na França eram ainda maiores. A França havia guerreado com a Inglaterra na Guerra dos Sete Anos (1756 a 1763) e ajudara financeiramente os rebeldes na Guerra das Treze Colônias pela Independência Americana, esses custos viraram uma crise incontornável. Além disso, internamente a França também enfrentava crises. A Administração absolutista tinha aumentado impostos pois precisava de gigantescos recursos para cobrir esses gastos militares e para manter a máquina estatal sem mexer nos privilégios das classes dominantes. (Falcetti, 2017)

Hobsbawm (2012) explica que os nobres, na maioria das vezes, eram impedidos de trabalhar e dependiam de suas propriedades para terem renda, entretanto os gastos eram muitos e exigiam cada vez mais investimentos, ocasionando o enfraquecimento dessa aristocracia feudal, o que levou muitos aristocratas a buscarem postos oficiais na corte como forma de subsistência, inchando a burocracia do Estado, tornando a frágil administração de Luís XVI ainda mais custosa e ineficiente.

A crise interna na França exigia medidas para conter a insatisfação que aumentava. Por um lado, as classes dominantes queriam a solução dos problemas sem a perda de seus privilégios e, por outro, a burguesia queria maior influência nas decisões políticas e participação política, o restante do Terceiro Estado precisava lidar com a inflação, desabastecimentos, a miséria e a fome. A crise política e social formava um cenário propício para a revolução que estava prestes a acontecer.

3.2 A MULHER NO SÉCULO XVIII

A mulher francesa no século XVIII ocupava ambientes considerados “apropriados” ligados aos papéis determinados pela sociedade. A mulher era associada à fragilidade, ao ambiente doméstico, à maternidade. Desse modo, ela ocupava o espaço “autorizado” de acordo com o grupo ou classe social a qual estava inserida. Na história, cabia à mulher cuidar dos filhos, da casa e do marido, ficando excluída da vida pública, o espaço público e o exercício da cidadania eram exclusivos dos homens. (Schmidt, 2012)

Jean-Jacques Rousseau (1979), um dos autores iluministas que tratou desse tema, seguiu a tradição longínqua e em sua obra Emílio reforçou a ideia da fragilidade e inferioridade feminina. Essa diferença estaria baseada na natureza, o que justificaria a rígida diferença de papéis sociais entre homens e mulheres, pois cada um ocuparia seu lugar na ordem física e moral da sociedade de acordo com a constituição da espécie e do sexo. Rousseau foi expressamente contrário ao reconhecimento da igualdade de gênero. Para ele, essas discussões eram vãs, fúteis, nem deveriam ser feitas. Já que foi a própria natureza que estabeleceu tais diferenças, cabe ao homem e à mulher deixar essa natureza acontecer.

Sendo assim, a mulher deveria permanecer restrita ao ambiente doméstico, devido a sua própria natureza feminina, a felicidade seria conquistada nos afazeres domésticos, ser esposa, cuidar da casa, dos filhos e do marido. O autor explica que a “...verdadeira mãe de família, longe de ser a mulher da sociedade, não está menos reclusa em sua casa que a religiosa em seu claustro.” (Rousseau, 1979. p. 335)

Para Rousseau, a mulher deveria viver em função do homem ao afirmar que a mulher foi feita para obedecer e para agradar os homens. Em suas palavras: “essa desigualdade não é uma instituição humana, ou obra do preconceito, e sim da razão: cabe a quem a natureza encarregou dos cuidados dos filhos a responsabilidade disso perante o outro.” (Rousseau, 1979, p.308)

Para o autor, a maternidade é o destino das mulheres: “As mulheres, direis, nem sempre fazem filhos! Não, mas sua destinação é fazê-los.” (Rousseau, 1979, p.309). Assim, a mulher estaria destinada a ser mãe e deveria seguir seu destino natural. Além disso, Rousseau ressalta que a fidelidade é um dever do casal, mas a infidelidade feminina é bem mais grave que a masculina: primeiro porque a mulher poderia engravidar de outro homem e o marido criaria um filho que não é seu, trazendo ainda questões sobre herança no caso de famílias com posses; e, em segundo, a importância da reputação ilibada da mulher perante a sociedade, a conduta da mulher deveria honrar seu marido. Caberia à mulher preservar sua aparência e honra da família com atitudes que não permitissem a dúvida sobre a sua honra. Assim, o autor concluiu que há uma diferença moral entre os sexos, acarretando uma cobrança muito maior na conduta da mulher.

Essas diferenças entre os sexos influem na moral do indivíduo. Assim, cada sexo segue o papel designado pela natureza, pois como explica o autor: “No que têm de comum, são iguais; no que têm de diferente não é comparável” (Rousseau, 1979, p. 305), ou seja, aquilo que é considerado virtude para um pode não ser para outro, como no caso da vida pública, para o homem é virtude, o trabalho, a participação política. Já a mulher era excluída da vida política, pois era proibida de votar e de ser votada, não podia ocupar cargos públicos e não era bem-visto que as mulheres participassem de debates políticos e que tivessem uma vida cultural recorrente. Mesmo com esses empecilhos, muitos salões literários e políticos permitiam a participação de mulheres.

Nesse sentido, a diferença moral justificaria a educação diferenciada que cada sexo recebia, a mulher deveria receber educação visando seu futuro como esposa ou religiosa numa instituição de claustro.

Rousseau (1979) explicava que a mulher só deveria receber a educação suficiente para ser boa mãe e educar bem seus filhos, já que a primeira educação de um homem seria através de sua mãe. Assim, no primeiro momento da vida de um homem, ele seria criado e educado por uma mulher, então ele dependeria da boa constituição de sua mãe. Sendo assim, o autor ressalta que toda a educação das mulheres deveria ser em função dos homens. Elas encontrariam sua utilidade na sociedade cuidando dos homens, sendo agradáveis, educando-os quando pequenos e apoiando-os quando grandes, ou seja, a mulher deveria ser educada desde a infância para ser o suporte emocional dos homens que passariam pela sua vida. Isso é apresentado como um papel natural e o caminho para encontrar a felicidade.

A maioria dos homens concordava com os preceitos de Rousseau, ou seja, a exclusão das mulheres da vida pública, que seria função exclusivamente dos homens. Porém, alguns homens levantaram suas vozes para defender que a mulher também seria digna de direitos. Como é o caso de Nicolas de Condorcet, filósofo, que escreveu sobre os direitos das mulheres num jornal francês da época. Ele acreditava que as mulheres poderiam participar ativamente da vida pública em igualdade com os homens, já que para ele ou todos os indivíduos da espécie humana têm direitos, já que homens e mulheres têm as mesmas necessidades, devem ter os mesmos direitos, ou todos têm direitos ou nenhum teria direitos. (Badinter, 1985 apud Schmidt,2012)

Outro homem público que também defendeu os direitos femininos foi Montesquieu. Para ele, não é a natureza que seria a causa das desigualdades entre homens e mulheres; seria a educação, ou melhor, o fato de as mulheres não receberem educação e que as mantinha na situação de serem proibidas de tudo. Pierre Guyomar, foi mais um defensor da igualdade dos direitos entre homens e mulheres. Era um deputado que defendeu a participação política das mulheres durante a Convenção. Em seu pronunciamento, alegou que as mulheres viviam uma escravidão, rebaixadas sob a opressão dos costumes feudais e leis bárbaras. (Badinter, 1985 apud Schmidt,2012)

Essas vozes masculinas que apoiaram as mulheres por mais direitos não foram ouvidas. Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, o Marquês de Condorcet, chegou a ser perseguido por sua posição. Num primeiro momento defendeu o voto

feminino e em seguida publicou: *Da admissão das mulheres ao direito da cidadania*, foi o único homem do seu tempo a reivindicar a igualdade entre os sexos publicamente. Além disso, defendia outras pautas humanitárias, como a abolição da escravatura, o fim da pena de morte, reconhecimento civil de protestantes e judeus. Foi deputado e teve vários embates com Robespierre, foi preso tentando fugir de Paris e morreu dois dias depois em sua cela. (Catel e Bocquet, 2014)

Cabral e Macedo (2020) citam a feminista inglesa - contemporânea de Olympe de Gouges - Mary Wollstonecraft, que escreveu “A reinvindicação dos direitos da mulher” e que fez críticas à obra Emílio, de Rousseau, já que esta obra é quase um tratado de como uma mulher deveria se portar na sociedade com a suposta incapacidade feminina para a vida pública. A crítica de Wollstonecraft é no sentido de apontar a incongruência desse discurso naturalista imposto às mulheres, porque se assemelhava ao discurso que os autores iluministas tanto combatiam sobre o poder divino dos reis. Pois, se todo um movimento intelectual surgiu e se fortificou para combater a opressão da sociedade em função deste discurso sobre o direito divino, por que as mulheres deveriam simplesmente aceitar o discurso naturalista de Rousseau somente por serem mulheres? Trata-se de um discurso semelhante que as mantinha enclausuradas ou em casa ou em instituições religiosas, proibidas de exercerem a cidadania plena.

4 A OBRA: O CONVENTO OU OS VOTOS FORÇADOS

Olympe de Gouges escreveu a peça “O Convento ou Votos Forçados”, em 1790, no momento em que pensava em abandonar a escrita de arte dramática. O êxito da peça a fez reconsiderar (Catel e Bocquet, 2014) e continuou seu projeto político com sua produção literária engajada em dar voz e conscientização para a emancipação feminina e outras questões importantes da sociedade.

Segundo Audrey Viguier (2012), a peça continha dois atos e se chamaria “Os votos voluntários”. Era a primeira vez que se fazia uma encenação teatral de religiosos, em que atores usariam roupas clericais e encarnariam esses religiosos, o que era proibido até então.

Entretanto, ao longo da década, as peças que usavam um convento como cenário fizeram muito sucesso, transformando-se em um gênero teatral - Teatro Conventual - em que jovens mulheres são colocadas no claustro e forçadas a fazerem os votos. Assim, num ambiente pouco conhecido do grande público, era possível articular a Revolução que acontecia nas ruas com pautas que eram discutidas em assembleias, como questões dos direitos femininos, a autoridade da Igreja e da família. (Murphree, 2006)

O sucesso também pode ser explicado pelo aumento do sentimento anticlerical com o desenvolvimento da revolução e o fato de que a Igreja não tinha mais o poder de censurar tais peças. A destituição do clero em novembro de 1789, ocasionou uma mudança profunda na sociedade, o Primeiro Estado estava sendo reformado pelos revolucionários. Donnelly (2011) explica que tal fato foi um acontecimento que inspirou a discussão sobre os rumos dessas casas conventuais e a representação de personagens do Baixo Clero como freiras e padres politicamente ativos.

Segundo Viguier (2012), a provável inspiração para a escrita da peça Olympe foi a leitura do relatório de Treilhard em fevereiro de 1790, apresentado pelo deputado Jean-Baptiste Treilhard, que denunciava a situação das Ordens Conventuais na França, em que trazia relatos sobre jovens que eram aprisionadas nessas instituições. Assim, ocorreram debates na Assembleia Constituinte sobre esse relatório e passou-se a discutir a legalidade dos conventos na França. Treilhard defendeu a nomeação de funcionários públicos para os conventos para que os enclausurados pudessem escolher se queriam deixar a instituição.

Olympe de Gouges, no prefácio da peça O Convento, declarou que escreveu o Drama com base nos materiais da Assembleia Nacional. Em suas palavras: “Extraí meu material diretamente da Assembleia Nacional. [...] Era necessário impulsionar a

grande questão debatida pela Assembleia Nacional. Minha peça talvez pudesse contribuir.” (CPA Éditions, 2020, p. 80)

Nesse sentido, ainda no prefácio da peça (CPA Éditions, 2020), Gouges explica que o personagem do padre foi baseado em três padres da época:

> Todos os padres que se destacaram sobre este assunto me deram os meios para estabelecer o caráter do padre em meu Drama. Eu peguei uma pena da asa de cada um. A eloquência e a erudição dos senhores Talleyrand, Seyès e, especialmente, a pureza religiosa do Sr. Abbé Gouttes, me deram o suficiente para eu elaborar este personagem. (CPA Éditions, p.79)

Assim, Charles Maurice de Talleyrand-Périgord pertencia à alta nobreza, foi ordenado em 1779, mas renunciou à vida religiosa para se dedicar à política e alcançou altos cargos na Administração Pública de vários governantes: de Luís XVI a Carlos X. Outro padre, Emmanuel-Joseph Sièyes, se destacou por ter escritos dois textos muito difundidos na época: “Ensaio sobre os privilégios” e “O que é o Terceiro Estado”, foi eleito deputado comprometido com a Revolução. E o terceiro padre é Jean-Louis Gouttes também foi deputado após deixar o sacerdócio, apoiador da Revolução, mas se posicionou contrário ao Terror e foi guilhotinado. (Palmer, 2025)

Olympe explica que em fevereiro de 1790 apresentou o texto ao *Théâtre Monsieur - Foire Saint-Germain*, que foi aceito, porém demorou para a peça ser apresentada. O que fez com que a autora levasse o texto ao *Palais-Royal*, que após esperar por dois meses sem resposta, resolveu levar um segundo manuscrito a um terceiro teatro. Olympe entregou seu texto ao ator e membro da *Comédie-Française*, Jacques-Marie Boutet de Monvel, que demonstrou interesse em interpretar o personagem do padre. Entretanto, foi pedido que ela escrevesse um terceiro ato, que concordou. (CPA Éditions, 2020)

De Gouges continua narrando a saga de sua peça até a apresentação. Com a demora, seu filho levou o manuscrito ao *Théâtre Français* que foi aceita, mas o

censor municipal requereu algumas alterações que foram feitas por Olympe e entregou ao diretor do teatro, que convenceu seu filho a autorizá-lo a declará-lo como autor da peça também, pois, segundo o diretor, a estreia da peça seria mais rápida. Olympe explica que se sentiu roubada e saqueada ao ver a peça de sua autoria ser declarada como de outro autor em conjunto. A peça foi um sucesso alcançando oitenta apresentações. (CPA Éditions, p.80-81)

Cabe ressaltar que a Assembleia aprovou a Constituição Civil do Clero, obrigando a padres e sacerdotes o juramento de fidelidade à nação, à lei e ao Rei, obrigando ao rompimento com o Papa. Isso causou uma cisão no clero francês, aqueles que não fizeram o juramento foram proibidos de exercer sua função, passaram a ser perseguidos, foram presos e receberam a pena de morte e muitos se exilaram também. Os revolucionários queriam a descristianização da França e a religião passou a ser vista como um obstáculo à emancipação humana pregada pelo Iluminismo. Além disso, os bens da Igreja foram confiscados e objetos sagrados profanados. (Gallia-notre histoire de France, 2025)

Mesmo assim, em algumas regiões da França o clero e a Igreja receberam apoio da população e rejeitavam as perseguições a seus padres. Muitos padres passaram a exercer seu sacerdócio na clandestinidade. (Gallia-notre histoire de France, 2025)

Nesse sentido, Viguier (2012), em nota, explica que panfletos favoráveis à Igreja e aos Conventos circularam por Paris, como “Carta a uma religiosa saída de seu Convento”, em que o panfleto defende o sistema conventual e ainda o” Epístola a minha Irmã Freira” em que classifica de mentirosas as alegações dos revolucionários contra as instituições de claustro só com o intuito de fechá-las. Ademais, continua a autora, ocorreram muitas rebeliões contra as reformas revolucionárias.

Na região da Vendeia ocorreu o maior massacre da Revolução Francesa, a população já estava em descontentamento com as reformas contra a Igreja, com restrições à prática religiosa. Além disso, a Assembleia determinou o recrutamento obrigatório militar de trezentos mil homens para a defesa das fronteiras. As revoltas eclodiram e num primeiro momento os vendeanos revoltosos conseguiram derrotar

as tropas republicanas, que enviou mais tropas para reprimir com mais rigor, o objetivo foi de realizar a política de terra arrasada, em que tudo é destruído, toda a população é assassinada, para acabar com a revolta. (France Culture, 2023)

A peça está de acordo com essa descristianização que ocorre na sociedade francesa, fazendo críticas às instituições mantidas pela Igreja. Além disso, Olympe trouxe na peça a discussão da falta de autonomia das mulheres jovens em comandarem a própria vida, denunciando o quanto a estrutura social da época subjugava as mulheres aos interesses masculinos. A peça mostra essas instituições como espaços de reclusão para imposição de interesses sociais ou econômicos, que funcionavam como contenção da autonomia dessas jovens, demonstrando a ausência de liberdade na vida de uma mulher.

Assim, a peça traduz o sistema social que nega às mulheres acesso à educação, à participação política e à escolha de um marido. Para casar-se, as jovens dependiam da concordância do pai, ou de seu tutor para ratificar sua escolha. Por isso, De Gouges trouxe na peça a discussão sobre a felicidade e a liberdade civil, direito central da revolução de que todos os cidadãos já deveriam desfrutar. (Viguier, 2012)

Nesse sentido, as jovens eram coagidas a escolher entre um casamento ou a clausura para o resto da vida, expondo a violência dessa imposição e que não se tratava de um drama individual, mas de uma estrutura social que oprimia as mulheres. Para Donnelly (2011), Olympe usa a peça para dar às mulheres liberdade de expressão e conscientizar sobre esse drama.

Olivier Blanc (1996) ressalta que as mulheres retratadas por Olympe de Gouges são ativas, fazem escolhas, lideram, decidem e apoiam umas às outras. Salvo a personagem abadessa, na peça “O Convento”, as mulheres são retratadas de forma positiva como observou o autor.

De fato, o claustro não aparece como um lugar de fé e sim como uma instituição que atende à demanda por uma solução para jovens rebeldes que se recusaram a obedecer, atrapalhando os planos já estabelecidos. Além de expor o que os revolucionários queriam mostrar a hipocrisia de certos indivíduos, já que muitas vezes esses conventos eram apresentados como instituições de caridade.

Decerto, que a peça tem o tom do bem contra o mal, em que o bem estaria ligado aos revolucionários e o mal ligado à Igreja que não aderiu aos ideais revolucionários, note-se que o personagem padre faz parte do clero, mas está de acordo com a revolução.

Em *Emílio,* Rousseau (1979) escreveu que a obediência era intrínseca à mulher, que ela nasceu para obedecer, além da sua vontade natural em agradar aos homens de sua vida, primeiro ao pai e depois ao marido. Porém, a peça demonstra que a obediência natural feminina seria imposta. Nesse sentido, Escallier (2012), entende que a vida doméstica da mulher é também uma forma de enclausuramento, já que em ambos os casos, a mulher deve seguir rígidos preceitos pré-estabelecidos com pouca ou nenhuma manifestação de vontade.

A peça chama atenção para os casamentos forçados, pois os papéis sociais femininos eram limitados: ou se casava para ser mãe, ou seguia para uma vida religiosa. Assim, a peça não é só entretenimento. Para Olympe, o teatro é uma arena de denúncia e conscientização política. O enredo dramático é organizado de forma a apresentar as injustiças que Julie sofreu ao longo de sua vida, possibilitando que o público acompanhe seu sofrimento e compreenda os efeitos da opressão a que as mulheres eram submetidas.

Ademais, Julie não fez nada, Julie é somente filha de Angélique, que também fez muito pouco, ousou viver, ousou casar-se sem o consentimento do irmão. Assim, segundo Rousseau (1979), não obedecer é não se submeter às ordens masculinas e isso provoca desonra social. Para salvar a honra maculada do irmão de Angélique, ocorreu um duelo em que o pai de Julie faleceu e as duas foram trancadas no convento. A peça é um manifesto pela autonomia feminina e a liberdade real para todos.

A peça “Votos forçados”, retrata a opressão da aliança da família e da Igreja no ambiente fechado do convento. Irmã Angélique foi internada contra sua vontade, quando contrariou a vontade de seu irmão e casou-se com o homem que escolheu. Seu irmão, por vingança, a internou na instituição, junto com sua filha pequena. Nesse sentido, a Abadessa que administra o convento, sabe a situação de

Angélique e vai trabalhar para que ela aceite tal situação e mantenha-se submissa. Sua filha (Julie) foi criada dentro do claustro com ela, em segredo.

Viguier (2012) explica que a peça, mesmo sendo ficção, também teria o papel de denunciar o fanatismo religioso de algumas pessoas do clero por permitir uma situação como essa. Além de reafirmar a importância das leis civis e do Estado laico sobre as leis religiosas, refletindo as reformas do constituinte.

O enredo também apresenta personagens que se identificam com os ideais de uma cidadania mais ativa, como é o caso do padre amado por seus paroquianos, patriota e integrante do Baixo Clero, que tem um perfil mais próximo dos sacerdotes que apoiavam a Revolução. Segundo Viguier (2012), o personagem do padre foi inspirado nos debates do relatório Treilhard. O personagem do padre é aquele que propaga os ideais da liberdade, do patriotismo e o combate ao fanatismo religioso. Além disso, o padre é o aliado do herói - aquele que não aceita o destino da amada e vai enfrentar a estrutura eclesiástica para libertá-la. É o padre que vai ajudar a entrada do jovem no claustro.

É através do padre que as críticas mais contundentes são feitas à Igreja, como na cena II, do primeiro ato, em que a fala do padre ao Vigário-Geral critica os hábitos corruptos daqueles que ocupam os cargos do Alto Clero que se utilizam da Igreja para enriquecer e ainda faz referência à rejeição social da opulência eclesiástica, que remete aos privilégios do Antigo Regime.

Cabe ressaltar que a peça traz os ideais revolucionários e tudo que é considerado contrário a esses ideais é visto como negativo. Nesse sentido, o personagem do padre está de acordo com os preceitos revolucionários e crítico à Igreja e aos conventos e é por isso que ele é considerado bom. Além disso, os revolucionários vinham confiscando o patrimônio da Igreja, o que traria um impacto real em desacreditar a Igreja e suas instituições.

A jovem da história - Julie - é uma jovem ingênua, que nasceu e cresceu no claustro, ela seria vítima da estrutura social da época. É possível que a escolha do personagem masculino do padre para tecer a maioria das críticas tenha sido para evitar a rejeição e o boicote que a peça “Zamore e Mirza” sofreu. Além de ser um personagem do próprio clero, dissidência que ocorria na Igreja francesa, o padre é

um personagem que luta pela liberdade da noviça. Na segunda cena do primeiro ato, o padre pede ao Vigário-Geral que reconsidere a decisão de promover os votos forçados de Julie, pois se trata de uma jovem de dezesseis anos, que vivera enclausurada até o momento

Nesse sentido, as personagens femininas - Julie e Angélique - são alvo de injustiças que as humanizam e despertam na plateia o sentimento de empatia e desejo de entender seus sentimentos, mesmo de forma passiva, uma situação que também condiz com a realidade opressiva vivida por muitas mulheres, mesmo que fora do claustro. É a própria presença dessas personagens mulheres diante da realidade do claustro, que traduz a reivindicação por liberdade e autonomia feminina para a sociedade.

Julie é uma jovem que cresceu dentro do convento, ela não conheceu a vida fora dos muros da instituição, cresceu ali dentro, a personagem é retratada como alguém sensível e racional. Suas falas expressam o desejo pela liberdade e autodeterminação. Nesse sentido, no ATO II, PRIMEIRA CENA, Julie num momento de dor, fala para a irmã Angélique (sua mãe): “Não. Não pronunciarei este juramento… infeliz… por que sou deste mundo?” (CPA Éditions, p. 108) e continua ainda falando com irmã Angélique: “Só você não me rejeita cruelmente… o que, você está chorando? você está comovida com meu destino? Ah! Sem dúvida, você desaprova a violência que me fazem.” (CPA Éditions, p. 108)

A abadessa é a personagem que dirige o convento com rigor e tenta persuadir a personagem Julie a fazer os votos. No ATO II, Cena II, a jovem estava chorando e demonstrava seu desespero e contrariedade sobre o momento da obrigação da pronúncia dos votos. A abadessa a trata com ironia, dizendo-lhe que certamente as lágrimas eram de alegria por estar abandonando a possibilidade de uma vida fora do claustro. A noviça tenta argumentar que não sente em seu coração a inclinação religiosa que deveria sentir para pronunciar tais votos. (CPA Éditions, 2020)

Nesse sentido, a peça traz a personagem Abadessa falando com Julie nesse trecho: “Agora é a hora, minha irmã, em que você vencerá o inferno, uma vitória agradável ao céu; só alguns instantes, e você se ligará aos deveres mais santos…

Você chora, minha irmã, é sem dúvida é a alegria de abandonar a escravidão do mundo…” (CPA Éditions, p. 112)

Assim, a abadessa pergunta se seria possível a Julie resistir ao poder da graça com a proximidade da cerimônia que ligaria a noviça aos mais santos deveres. A jovem permanece com a ideia de que o claustro é mais uma condenação do que uma vocação, ela sugere até que poderia trabalhar no convento para pagar seu sustento e a abadessa deixa claro que o Marquês, o responsável por internar sua mãe, que financiou seu dote até o momento, exigia a pronúncia dos votos. Aqui também fica claro que a peça denuncia mais um aspecto da estrutura de opressão feminina, a troca de favores, o recebimento de dote para a manutenção da jovem no claustro. (CPA Éditions, 2020)

Nesse sentido, a peça traz a discussão que está na sociedade revolucionária sobre a legitimidade das instituições de claustro e como elas poderiam ser fiscalizadas. A peça ganha um caráter pedagógico ao explorar diálogos intensos e dramáticos sobre a opressão vivida por Julie e as outras freiras. Trata-se de uma estratégia para envolver o público emocionalmente e mobilizá-lo politicamente. A jovem questiona a sua realidade de prisioneira. Dentro dessa construção dramática, Olympe permitiu que sua protagonista subjugada tivesse voz e isso foi um gesto político, Julie busca ter autodeterminação. Nessa época, as mulheres tinham seu espaço reduzido ao privado, a esfera pública era o espaço masculino, assim a jovem rompeu essa imposição ao silêncio tradicional.

Para Viguier (2012), as obras de Olympe funcionavam também como um ensaio para proposição de soluções de políticas, com base na observação da realidade social e identificação de problemas existentes. Nesse sentido, A peça “O Convento” antecipou direitos inscritos na “A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” (1791), escrita pela própria Olympe de Gouges, que estabeleceu um paralelo com a “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” promulgada pela Constituinte. De Gouges pleiteava a liberdade, a autodeterminação e a cidadania plena para as mulheres.

Ademais, foi com a influência do diretor do *Théâtre du Palais-Royal*, que De Gouges acrescentou o terceiro ato (CPA Éditions, p. 80), em que, com a revelação

do segredo de Julie e de sua mãe Angélique, a jovem é libertada. Julie poderá se casar com seu amado e a união é abençoada. Trata-se da afirmação das liberdades civis e dos ideais da revolução. E a personagem da abadessa sofre uma transformação, comovida com a cena de perdão de Angélique a seu irmão e compreende que suas atitudes eram cruéis e opressoras com as jovens que passaram pela instituição que dirige modificando suas atitudes e chamando o padre para ser um consultor para ela.

Assim, a importância da peça está na sua atualidade, pois aborda questões estruturais sobre desigualdade de gênero. Como a autonomia sobre o próprio corpo e a defesa da autodeterminação contra imposições familiares e sociais. São questões hoje que ainda permeiam as discussões sobre os direitos das mulheres. Mesmo depois de tanto tempo é possível identificar os preceitos ditos naturais femininos apregoados por Rousseau na exigência de comportamentos nas mulheres, como a necessidade de agradar e o dever da obediência.

A participação política da mulher não era um papel social esperado nem bem-visto. Segundo Olivier Blanc (1996), citando o deputado Chaumette - Pierre Gaspard Chaumette, os homens da época compartilhavam o preconceito de que a natureza sensível feminina era incompatível com o exercício de poder. Eles acreditavam que as atitudes de Olympe de Gouges eram subversivas, traziam questionamentos sobre a tradicional relação entre os sexos e ameaçavam as leis da natureza. Na verdade, segundo Blanc (1996), a participação de Olympe de Gouges nas discussões públicas ameaçava as estruturas patriarcais da sociedade. Nesse sentido, para o autor esse foi um fator importante para a sua condenação.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida analisou a trajetória de vida de Olympe de Gouges e sua peça *O Convento ou Os Votos Forçados* de acordo com o contexto histórico, político e social do fim do século XVIII. Em destaque a ocorrência da Revolução Francesa, como esse evento e seus ideais iluministas impactaram a sociedade francesa, as mulheres e a própria autora. Ao longo do trabalho, buscou-se compreender como a peça de Olympe articula as tensões da época e reflete as

contradições da sociedade revolucionária que proclamava ideais de igualdade e liberdade, mas que insistia em negar às mulheres o exercício da cidadania plena. O trabalho demonstrou que Olympe de Gouges usou seus escritos e principalmente o teatro como instrumento de resistência e luta para a crítica da estrutura social que permitia a tutela da vida feminina através das instituições da família, Igreja e Estado.

O desenvolvimento do trabalho possibilitou analisar a peça *O Convento ou Os Votos Forçados,* bem como a construção de seus personagens e contextualizá-los de modo a expor e questionar as formas de poder vigentes no Antigo Regime e na eclosão da Revolução Francesa. A partir da leitura do drama, pode-se identificar que os conflitos apresentados não eram somente individuais, mas sim que representavam estruturas sociais que restringiam a vida da mulher no período, como a imposição de casamentos, de enclausuramentos e a negação da autodeterminação feminina. Os personagens tanto os femininos quanto os masculinos se mostraram como instrumento de crítica às imposições patriarcais. Assim, a peça demonstra não só o caráter dramático literário, mas também a articulação de questões políticas e sociais.

Ao relacionar a obra e a trajetória pessoal de Olympe de Gouges, o trabalho constatou que a autora como panfletária, cartazista e dramaturga utilizou seus escritos para a ampliação do debate político e a necessidade da intervenção política sobre a igualdade de sexos. Sendo assim, a autora tinha consciência de que a ampliação do debate deveria incluir todas as camadas da sociedade e não ficar restrito a clubes literários e círculos intelectuais, já que a política atingia a sociedade como um todo. O teatro, por ser uma arte coletiva de grande impacto e prestígio na França setecentista, trazia a repercussão que de Gouges almejava. Sua escrita proclamava uma verdadeira reconfiguração das relações sociais, pautada na razão, nos princípios iluministas, na justiça e principalmente na universalização dos direitos. Na cidadania plena efetivamente para toda sociedade, independente de cor, origem, classe e gênero.

Olympe buscou engajamento político e social com sua literatura, confirmando que era uma verdadeira humanista, com ideias muito à frente do seu tempo. Sua obra trouxe para o debate questões que só foram revistas muito tempo depois, questões que são discutidas ainda hoje. Suas considerações sobre a liberdade das

colônias francesas, abolição da escravatura, o direito ao voto feminino, a emancipação feminina revelam uma autora profundamente comprometida com a definição atual de Direitos Humanos.

Ainda que muitos direitos femininos tenham sido conquistados, modelos de dominação denunciados por Olympe podem assumir novas formas ao longo do tempo, necessitando vigilância constante e luta para evitar retrocessos em direitos já conquistados. Assim, a obra da autora se mostra atual e importante para a reflexão crítica das relações de poder na sociedade.

Por muito tempo Olympe de Gouges e sua produção literária foi apagada. Por isso, este trabalho contribuiu para a valorização da produção intelectual feminina sobre a condição da mulher na sociedade. Além disso, confirma o teatro como importante espaço de debate social e possibilidades de interpretações de obras do século XVIII. Nesse sentido, a pesquisa confirmou a carência de disponibilidade de materiais em português, uma vez que a maioria das referências são em francês e inglês.

Por fim, diante das considerações apresentadas, recomenda-se para trabalhos futuros, o estudo sobre a influência dos salões literários que permitiam o acesso de mulheres ao debate político da época. O estudo comparativo de obras de Olympe de Gouges e outras autoras do período revolucionário seria uma forma de melhor compreender o engajamento político feminino na literatura do século XVIII. Tais estudos poderiam ampliar o conhecimento sobre a participação feminina na literatura e na política do século XVIII, reafirmando a atualidade e relevância da obra de Olympe de Gouges.

6 REFERÊNCIAS

Blanc, Olivier. **Féminisme et politique: l'exemple d'Olympe de Gouges, 1789-1793**, *Les cahiers du CEDREF*, série 2, 1996. Online desde 29/06/2018.

Disponível em: http://journals.openedition.org/cedref/1657.

Acesso em: 03/12/2025.

CABRAL, Maria W. e Macedo, Luisa. **Os feminismos como (des)construção dos Direitos Humanos: a importância de filósofas modernas na resistência ao iluminismo misógino**, Fronteiras & Debates, v.7, p. 113-125, 2020.

Disponível em:

https://ippur.ufrj.br/divulga-ippur-os-feminismos-como-desconstrucao-dos-direitos-humanos-a-importancia-de-filosofas-modernas-na-resistencia-ao-iluminismo-misogino/

Acessado em: 03/12/2025

Catel, Muller e Boucquet, José-Louis. **Olympe de Gouges**. Tradução de André Telles.1ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2014.

COSTAS, Esperanza de Julius. **Arqueología del feminismo: Olympe de Gouges y su lucha en favor de las mujeres.**

Disponível em: https://www.academia.edu/48947312/Arqueolog%C3%ADa_del_feminismo_Olympe_de_Gouges_y_su_lucha_en_favor_de_las_mujeres

Acessado em: 16/11/2025

CPA Éditions. **Le Couvent ou Les Vœux Forcés.** in: Olympe de Gouges Oeuvres et Combat. Valence, France: CPA Éditions, 2020. p. 78-149.

DONNELLY, Francesca. **Explore the representation of the clergy in revolutionary theatre, with particular reference to Charles IX ou l'École des Rois, Fénélon, ou les Religieuses de Cambrai, Le Couvent ou les Vœux forcées and Le Prélat d'autrefois ou Sophie et Saint-Elme.**

Disponível em: https://warwick.ac.uk/fac/arts/modernlanguages/marandet/matters/donnelly.pdf

Acesso em: 03/12/2025

ESCALLIER, Christine. **Olympe de Gouges: uma humanista sob o terror**, in Revista Gênero na Amazônia, Amapá, edição 2, p. 225-238, 2012

Disponível em:

https://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-2/Artigos/Olympe-de-Gouges-uma-humanista-sob-o-terror.pdf

Acesso em: 20/10/2025

FALCETTI, Bruno Mesquita. **A Revolução Francesa: Panorama histórico e os efeitos que moldaram a sociedade contemporânea.** História e Diversidade, *[S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 110–125, 2018. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/2750.

Acesso em: 03/12/ 2025.

FRANCE CULTURE. **Génocide Vendéen: histoire d´un polemique.** 2023.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FKnSmFTB4Cg

Acesso em: 08/12/2025.

GALLIA - Notre Histoire de France. **La persécution du clergé sous la Révolution.** 2025.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LzTe0BwXxFg&t=167s

Acesso em: 08/12/2025.

HOBSBAWM, Eric J. **A Revolução Francesa**, in: A Era das Revoluções 1789 - 1848, Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 2012, p. 77-108.

MELO, Vico Dênis S. de; DONATO, Manuella Riane A. **O Pensamento Iluminista e o Desencantamento do Mundo: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático.** Revista Crítica Histórica, *[S. l.]*, v. 2, n. 4, 2011.

DOI: 10.28998/rchvl2n04.2011.0012.

Disponível em: https://ufal.emnuvens.com.br/criticahistorica/article/view/2776.

Acesso em: 03/12/ 2025.

MURPHREE, Patrick. **The spectacle of the cloister on the French Revolutionary stage**. In: “Conferência: Colloque CESAR - Calendrier Electronique des Spectacles Sous L'Ancien Régime et Sous La Révolution. Em: Oxford, Reino Unido. Junho/2006. Acesso em: 03/12/2025

NICOLETE, Roberta K. Soromenho. **Olympe de Gouges e os limites da cidadania na França revolucionária.** Leviathan, São Paulo, Brasil, n. 20, p. 1–28, 2025.

DOI: 10.11606/issn.2237-4485.lev.2024.238965. Disponível em: https://revistas.usp.br/leviathan/article/view/238965.

Acesso em: 3 dez. 2025.

PALMER, Hannah. **Olympe de Gouges**. @ 2022 - 2025. Site dedicado à vida e obra de Olympe de Gouges e a tradução de suas obras ao inglês.

Disponível em:

https://olympedegouges.eu/docs/le-couvent-ou-les-vouex-forces.pdf

Acesso em: 16/12/2025.

SCHMIDT, J. de F. **As Mulheres na Revolução Francesa.** Revista Thema, Pelotas, v. 9, n. 2, 2012.

Disponível em:

https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/147.

Acesso em: 19 nov. 2025.

VERNEUIL, Richard. **Olympe de Gouges**. Independently. 2025. EBOOK.

VIGUIER, Audrey. **Littérature(s) Radicale(s) de la Révolution Française: exemples et représentations dans le théâtre d'Olympe de Gouges et les pamphlets de Paris et de Toulouse - 1789 a 1791.** Flórida. 2012.

Disponível em:

https://ufdcimages.uflib.ufl.edu/UF/E0/04/45/44/00001/VIGUIER_A.pdf

Acesso em: 03/12/2025.

_____. **L'abbé Gouttes et Le Curé Du Couvent ou Les Vœux Forcés d'Olympe de Gouges (1790).** *The French Review* 85, no. 6 (2012): 1113–1122.

Disponível em: http://www.jstor.org/stable/23214096.

Acesso em: 03/12/2025.